

Recuperação do Centro Histórico do Porto: obras a decorrer a bom ritmo



Autenticidade. Palavra-chave que surge no preâmbulo da Carta de Veneza, ao abordar o dever que representa para a Humanidade a transmissão, às futuras gerações, das obras monumentais “em toda a riqueza da sua autenticidade”. Mas o desafio que se coloca é o de encontrar a melhor forma de evidenciar com actualidade, a integridade dos valores expressos pelo património. E é este o desafio colocado à equipa que hoje recupera o Centro Histórico do Porto – um aglomerado urbano de grande valor histórico, arquitectónico, artístico e cultural, confinado, na sua maior parte, à linha de muralhas do séc. XIV. Uma zona que resulta de um processo histórico com cerca de três mil anos, comprovado por inúmeros acontecimentos urbanísticos que se somam ao longo dos séculos, numa cadeia contínua de sucessos e desaires.

Ao longo do séc. XX, a cidade do Porto sofreu, gradualmente, alterações na sua estrutura económica e social. De cidade industrial dos finais do século passado, transformou-se numa urbe essencialmente de serviços. As grandes alterações funcionais e sociais remeteram o Centro Histórico para um processo de abandono por parte das classes sociais capazes de o manter e de o preservar. Os imóveis abandonados pelas abastadas famílias burguesas e de mercadores, que optaram pela

periferia, deixaram de ser edifícios unifamiliares, para passarem a autênticas “colmeias humanas”, onde viviam várias famílias por piso. No processo de sobreocupação aparece o inquilino que subaluga os pequenos espaços, e enquanto recebe elevadas somas dos moradores, paga geralmente pouco aos senhorios. Em edifícios onde, após a recuperação, foi possível realizar uma dúzia de habitações, viviam em muitos casos mais de 300 pessoas. Moralmente, deixou de haver força para impôr aos proprietários obras de conservação e a responsabilidade da manutenção dos imóveis diluiu-se. Entre outros factores, as grandes obras de Engenharia do Ferro, como a Ponte D. Maria e a Ponte D. Luís, contribuíram também para o isolamento da zona ribeirinha.

E deu-se início ao lento processo de decadência da Zona Histórica, hoje Património da Humanidade...

Em consequência da degradação física e social que sofreu, sobretudo nos últimos cem anos, nos edifícios habitacionais e nos espaços públicos, o Centro Histórico do Porto correu o risco de eliminação, quer pela ruína mais ou menos consentida, quer pela demolição decretada em épocas em que o património das cidades era menosprezado face às necessidades



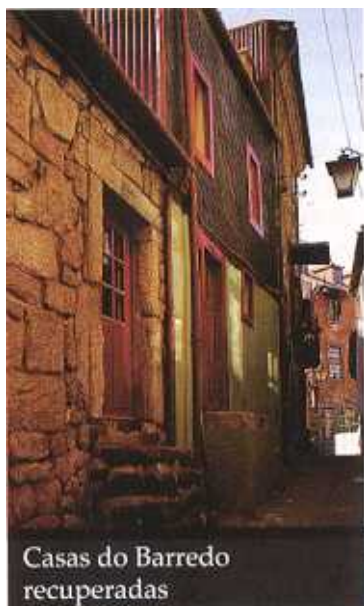
Praça da Ribeira antes e após as obras de renovação de 1981

de modernização, e em que a “tentação monumentalista” insistia em demolir a envolvente de edifícios notáveis para lhes dar

maior exposição. A classificação de insalubre, intransitável e periférico colocaram o Centro Histórico na mira dos demolidores, nos anos 40 a 60.

Mas, em 1974, nasceu uma instituição que assumiu a condução do projecto de salvaguarda do Centro Histórico do Porto – o CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira - Barredo). Onze anos mais tarde, passou a Projecto Municipal, responsável pela recuperação de habitações onde são alojados agregados familiares e pelo arranjo e reanimação do espaço urbano. (ver caixa). O caminho prudente e a lógica de intervenção por pequenos passos, tendo em conta a especificidade de cada caso, permitiram ao CRUARB uma progressiva percepção das questões envolvidas no processo de recuperação, correndo o risco então de a intervenção ser mais morosa.

O Centro Histórico do Porto, sob o ponto de vista da sua preservação,



Casas do Barredo recuperadas

Barredo

Essencialmente, o que distingue esta área é o esforço já feito no passado para recuperar e impedir o avanço da degradação. Aqui a operação já abrange cerca de 50% dos edifícios.



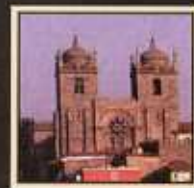
Muro da Ribeira e Bairro da Lada
(renovado)

abrange hoje três áreas distintas: Ribeira/Barredo (Freguesia de S, Nicolau), Freguesia da Sé, e freguesias de Miragaia e da Vitória. Essencialmente, o que distingue estas áreas é o esforço já feito no passado para recuperar e impedir o avanço da degradação, muito mais visível na área da Ribeira/Barredo do que nas restantes. Enquanto aqui a operação já abrange cerca de 50% dos edifícios, nas restantes áreas a operação é mais recente. Em Miragaia e Vitória os edifícios em ruínas, ou muito degradados, preenchem certas manchas de expressão relativamente pequena, enquanto que no bairro da Sé são quarteirões inteiros que se encontram num processo avançado de colapso, associado a um tecido social também debilitado.

A realização no edifício da Alfândega da Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado, em Outubro de 1998, foi o motivo para concentrar este ano em Miragaia um grande conjunto de projectos que, apesar de estarem previstos, foram

O CRUARB é o organismo da Câmara Municipal do Porto responsável pela preservação e conservação do Centro Histórico do Porto. Foi criado por despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, de 28 de Setembro de 1974, nos termos do Decreto-Lei nº 315/74. Em 28 de Novembro de 1985, por deliberação do Executivo da Câmara Municipal do Porto e de acordo com o disposto no Artº 3º alínea c) do D.L. 116/84, de 6 de Abril, passou a constituir-se como Projecto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto, deliberação que foi homologada pela Assembleia Municipal do Porto em 18 de Dezembro de 1985. O CRUARB é um serviço do Município, dirigido por um Director de Serviços, directamente responsável perante o Vereador do Pelouro do Urbanismo e da Reabilitação Urbana. É de notar a complexidade do trabalho do CRUARB, não só na realização dos projectos de arquitectura, mas também na engenharia, na gestão e ampliação do parque habitacional, na resolução de problemas sociais graves e na distribuição equilibrada dos serviços prestados à população.

Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira/ Barredo - Projecto Municipal (CRUARB)



necessariamente acelerados. O que está hoje em obras já faz parte também do conjunto de espaços de cultura que o Porto irá apresentar à Europa no ano 2001,

juntamente com Roterdão.

A actuação do CRUARB, embora se possa classificar como predominantemente física, incluiu sempre uma importante componente



social, equilibrando o que deve ser o bom entendimento da recuperação urbana, por integração das duas valências. Porém, a maturidade do processo reclamou um esforço integrador, que permitisse uma abordagem mais consentânea com as metodologias de intervenção social mais actuais. Foi essa a principal motivação para a criação, em 1990, da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ver caixa), cujo âmbito de actuação abrange as freguesias da Sé, S. Nicolau, Miragaia e Vitória, onde residem cerca de 21 mil pessoas. Globalmente, a finalidade da acção da Fundação é contribuir para a melhoria das condições de vida da população, para a valorização do Centro Histórico e para o desenvolvimento local, embora também se envolva em intervenções de tipo físico. Apesar de as tarefas de reabilitação social consumirem mais tempo e atenção, a FDZHP também se ocupa com a aquisição de edifícios degradados e promove a sua reconstrução. No entanto, fá-lo para neles acolher equipamentos de carácter social que identificou como necessários na área (lares de idosos, cozinhas para o fornecimento de refeições, lavandarias colectivas, creches), e para realojar famílias carentes, em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelo mercado. A filosofia de actuação da Fundação baseia-se na convicção de que a degradação do edificado é apenas uma das manifestações mais visíveis de uma teia complexa de problemas económicos e sociais. A recuperação física dos imóveis é tão importante como o combate às causas da própria degradação, em especial as que resultam da precariedade económica e da exclusão social. Apesar de muito ainda estar por reconstruir, o objectivo é desencadear um processo que avance por si só, criando uma "massa crítica de intervenção pública", capaz de atrair outros agentes, públicos e privados, incentivando dessa forma um processo sustentável, que se desenvolva dentro de padrões preestabelecidos, urbanística e socialmente correctos.

A Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto é uma instituição privada de utilidade pública, sem fins lucrativos. Foi constituída em 19 de Dezembro de 1990 e iniciou a sua actividade a 1 de Fevereiro do ano seguinte.

Constituída por um Conselho Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, a Fundação foi instituída pela Câmara Municipal do Porto, pelo Comissariado Regional do Norte de Luta contra a Pobreza, pelo Centro Regional de Segurança Social do Porto, pela União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Para além destas instituições, pertencem também à Fundação e estão representadas no seu Conselho Geral as seguintes entidades: as Juntas das Freguesias da Sé, Vitória, Miragaia e S. Nicolau; as Instituições Particulares de Solidariedade Social sediadas nas freguesias do Centro Histórico; as Associações Recreativas e Desportivas (um representante por freguesia); a Administração Regional de Saúde do Porto e a Comissão de Coordenação da Região Norte.

As suas principais receitas resultam de transferências do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, através do Comissariado Regional de Luta contra a Pobreza, da Autarquia e de outros Organismos Oficiais. Tem beneficiado também de fundos da Comissão Europeia no âmbito de programas comunitários, com destaque para o Pobreza 3, Now, Horizon, Euroform e Integrar.

Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP)



Casas do Barredo (antes e após a renovação)

